



Ciclo de Debates Sempre Vivas – Mulheres e Política: por representatividade, justiça e respeito

VIOLÊNCIA E MACHISMO INSTITUCIONAL

8 DE MARÇO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER



REVERENCIAMOS A LUTA E A
RESISTÊNCIA DA MARCHA MUNDIAL DAS
MULHERES, CONTRA OS OPRESSORES.

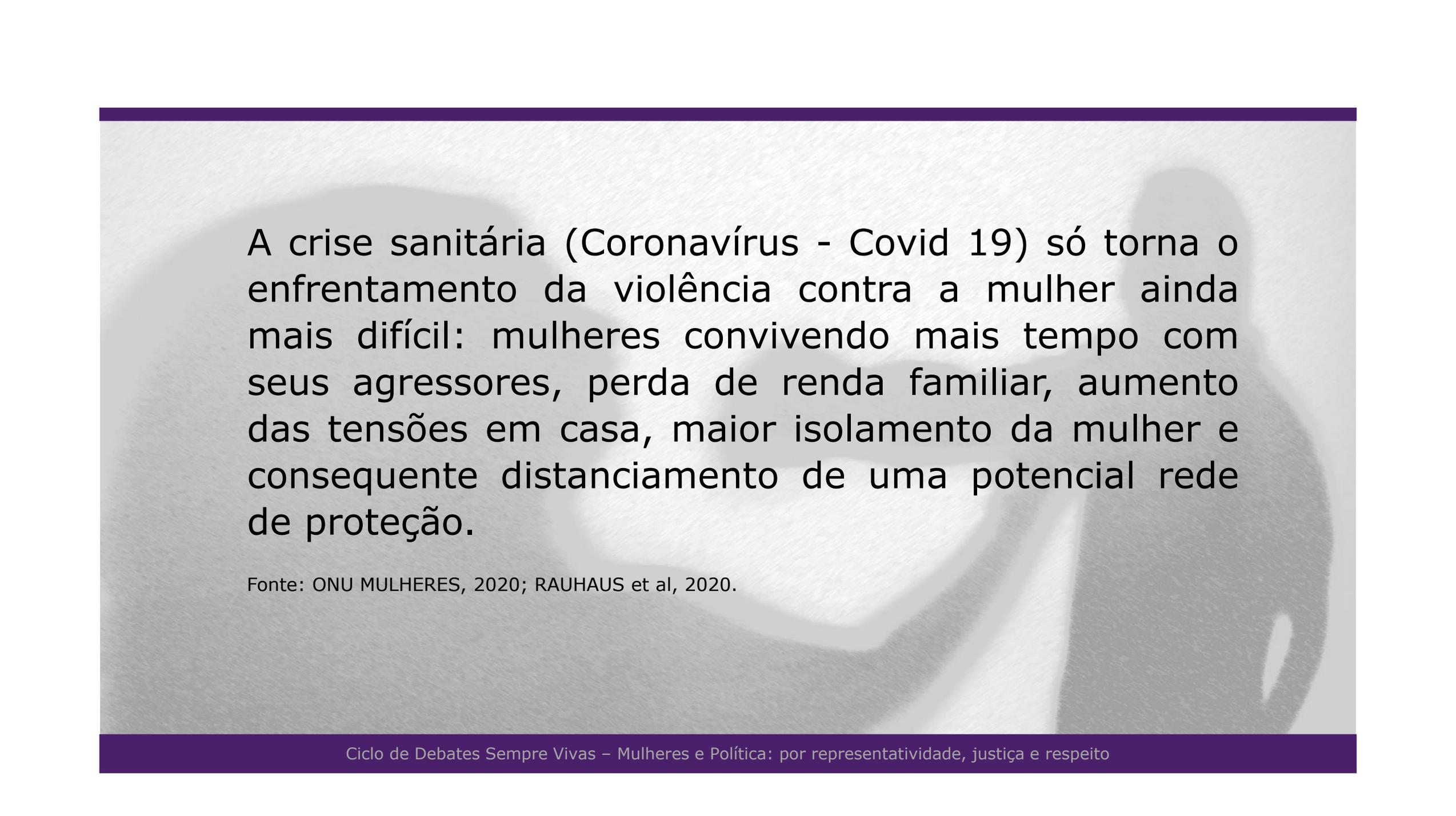
CONTINUEMOS FIRMES NA LUTA CONTRA
O PATRIARCADO RACISTA, O
COLONIALISMO, O ESCRAVAGISMO, O
CAPITALISTAMO E O IMPERIALISMO.

POR UM MUNDO SEM MACHISMO, SEM
RACISMO, SEM VIOLÊNCIAS, SEM
DISCRIMINAÇÕES E SEM FOME.

**PELA VIDA, LIBERDADE E AUTONOMIA
DAS MULHERES**

Pensar em uma sociedade onde a violência contra as mulheres e o machismo institucional sejam eliminados da cultura machista, racista e da esfera social e política do Brasil é responsabilidade de todos (as) brasileiras (os).





A crise sanitária (Coronavírus - Covid 19) só torna o enfrentamento da violência contra a mulher ainda mais difícil: mulheres convivendo mais tempo com seus agressores, perda de renda familiar, aumento das tensões em casa, maior isolamento da mulher e conseqüente distanciamento de uma potencial rede de proteção.

Fonte: ONU MULHERES, 2020; RAUHAUS et al, 2020.

Violência contra a mulher em dados

Segundo a 9ª edição da pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública:

Os registros de violência contra mulheres e os casos de violência de gênero aumentaram no último ano. Com a pandemia, esse tipo de violência, que já é subnotificado em situações de normalidade, tornou-se ainda mais presente e invisível, principalmente o feminicídio.

Em 2020, 1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%), acima de 16 anos, afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão durante a pandemia de covid-19.



Foto: Agência Brasil

Violência contra a mulher em dados

Além disso, a cada minuto, 8 mulheres foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes no Brasil. Ainda de acordo com a pesquisa, as **mulheres negras são as mais vulneráveis**, principalmente ao assédio sexual e à violência sexual; a incidência desses casos foi maior entre as mulheres pretas (52,2%), seguidas pelas pardas (40,6%) e brancas (30%).



Violência contra a mulher em dados

As mulheres sofreram mais violência dentro da própria casa e os autores de violência são pessoas conhecidas da vítima, o que concede um alto grau de complexidade ao enfrentamento da violência de gênero no que se refere à proteção da vítima, punição do agressor e medidas de prevenção.

71%

das brasileiras consideram o Brasil um país muito machista

86%

das brasileiras acreditam que houve aumento na violência cometida contra pessoas do sexo feminino no último ano;

27%

das brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar praticada por um homem;

Violência contra a mulher em dados

Razões que as mulheres vítimas de violência doméstica, não denunciam as agressões sofridas:



75%

tem medo do agressor;

46%

dependem financeiramente do agressor;

54%

tem a percepção de que não são tratadas com respeito no Brasil (na rua, na família e no trabalho);

43%

estão preocupadas com a criação das (dos) filhas (os).

71%

consideram o Brasil um país machista.

Violência contra a mulher em dados

Sobre o perfil racial:

28,3%

são de mulheres pretas
experimentam os maiores
níveis de vitimização

24,6%

são mulheres
pardas

23,5%

são mulheres
brancas

De acordo com critérios de análise do IBGE, na questão das desigualdades sociais e raciais, pretos e pardos apresentam condições semelhantes aos da população negra no Brasil.

Portanto, 52% são as mulheres negras que sofrem os maiores níveis de vitimização da violência doméstica e familiar.

Violência contra a mulher em dados

Na pandemia a violência contra as mulheres, povo negro, indígena, LGBTQIA+, pessoas com deficiência cresceu assustadoramente. O discurso de ódio de Bolsonaro e o incentivo às armas tem produzido mais insegurança e violência.

Uma mulher é assassinada a cada duas horas em nosso país, sendo 66% destas mulheres negras. Também somos o país que mais mata mulheres trans e travestis no mundo e 6 mulheres lésbicas são estupradas por dia.

Fonte: Documento 8M - Mulheres de Uberlândia - 03/03/2022



Violência contra a mulher em dados

De acordo com levantamento da Gênero e Número, apenas 56,6% dos recursos disponíveis para as mulheres foram efetivamente gastos até novembro de 2021; estudo em parceria com a ActionAid revela como a pandemia de coronavírus escancarou a gestão ineficiente dos recursos públicos no Brasil, em especial para mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQs, quilombolas, crianças e adolescentes.

Fonte: Gênero e Número – 2021

Violência contra a mulher em dados

As mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado, principalmente em tempos de crise.

Fonte: ONU Mulheres

Em 2021, a taxa de desemprego entre as mulheres atingiu 17,9% no 1º trimestre, a maior da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012.



Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional

Casa da Mulher Brasileira

Uma política nacional fundamental de acolhimento para de mulheres vítimas de violência com atendimento – jurídico, psicológico, policial e defensoria pública. A maioria dos municípios brasileiros, não disponibilizou esta política pública para mulheres no Brasil, por falta de orçamento público para as mulheres, a maioria dos estados não tem sequer uma CASA.



Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional

Repasse imediato do **Fundo Especial dos Direitos das Mulheres** aos municípios em cumprimento da Lei nº 12.999/2018, de acordo o orçamento previsto no Plano Plurianual.

Assinar, implantar e implementar o **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**, através de um Projeto Lei Estadual garantido a obrigatoriedade aos municípios em sua implementação;

Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional

Fiscalizar e monitorar o cumprimento e a execução do **orçamento público federal, estadual e municipal**, garantindo a gestão eficiente dos recursos públicos pelas as mulheres;

Criação do **PROGRAMA ESTADUAL DE RENDA MÍNIMA**, para mulheres donas de casa, mulheres solas, mulheres desempregadas, mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres em situação de violências de gênero, mulheres em tratamento de saúde e mulheres em situação de vulnerabilidade social;

Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional

Garantir, por meios de projetos de Lei, monitoramento, a fiscalização e a supervisão da Defensoria Pública e assistência social para população feminina, carcerária/reclusas/confinadas nos **Presídios e Fundação Casa – Centro de Atendimento Socioeducativo ao (a) Adolescente**, em Minas Gerais e em todo país – tratamento médico, trabalho, assistência jurídica, visita conjugal, como também a infraestrutura física adequada internamente.

E externamente dos presídios e casas, a viabilidade da construção de **ESPAÇO DE ACOLHIMENTO E APOIO**, em conformidade com o art. 5º, XLV, da Constituição Federal e art. 5º, item 3, da Convenção Americana de Direitos Humanos, a estrutura de banheiros, água, cadeiras e sombra, direcionado aos familiares e pessoas amigas que aguardam a entrada para visita, debaixo do sol e sem condições de realizar suas necessidades biológicas de ser humano;



Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional

Acompanhar e fiscalizar entidades filantrópicas, abrigos, albergues, casas e clínicas de repouso, de acolhimento e atendimento a pessoa idosa em regime fechado, garantindo-lhes segurança, a não violência, o direito de usufruir das políticas públicas implementadas na área de saúde, educação, cultura, lazer, trabalho, habitação dentre outras, contribuindo para o bem estar, a vida e o bem querer das pessoas idosas em estado de abandono e garantindo os **serviços públicos de cuidado para as pessoas idosas e com deficiência** e respeitando o atendimento nas áreas de maior vulnerabilidade social - periferia, zona rural e distritos

Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional

Garantir às **pessoas idosas** **prioridade nas políticas habitacionais**, especialmente nos conjuntos habitacionais populares, Minha Casa Minha Vida, Programa Tchau Aluguel e Casa Verde e Amarela;

Realizar **mapeamento periódico que identifique o perfil das pessoas idosas de Minas Gerais** quanto: idade, sexo, cor/raça, identidade de gênero, rendimento, escolaridade, local de moradia, crença religiosa, deficiência, dentre outros, para que sirvam de suporte para implementação de políticas públicas eficazes;

Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional



Promover e implementar, nas regiões do Estado de Minas Gerais a **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher pelo SUS** inclusive a implementação de Hospital Público de Referência ao Atendimento ao Aborto Legal, Hospital de Atendimento as Mulheres Vítimas de Violências de Gênero, inclusive com cirurgia plástica e casas de Parto Humanizado nos municípios.

Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional

Fomentar projetos de políticas públicas pelas mulheres que visem coibir a violência contra as mulheres, através da **REDE DE COOPERAÇÃO, ASSISTÊNCIA, ACOLHIMENTO E APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS**, nacional, estadual e municipal – garantindo uma integração operacional em parceria com membros do Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário (Tribunal de Justiça, Ministério Público e da Defensoria Pública), implementando fluxo de referência e contra referência (ficha de notificação) nas áreas: jurídica, social e econômica – Segurança Pública, Assistência Social, Saúde Integral da Mulher, Acolhimento e Cuidado, Educação, Cultura, Trabalho e Habitação, dentre outras políticas públicas de gênero e raça e de direitos constitucionais das mulheres vigente no país;

Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional

Articular e implementar a **REDE DE COOPERAÇÃO, ASSISTÊNCIA, ACOLHIMENTO E APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS**, em territórios e espaços periféricos e zona rural em benefício da população negra, quilombolas, indígena e povos ciganos que sofrem consequência do machismo, do racismo, da exclusão social e preconceito com garantia de atendimento integral, agilizados, com privacidade em todas as etapas sugerindo articulações e parcerias com os órgãos públicos estaduais e nacionais, com ONGs, organizações de mulheres, e demais organizações populares, sindicais e de movimentos sociais;



Políticas Públicas de enfrentamento à violência e ao machismo institucional

Rejeitar e punir todos atos administrativos, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e nos órgãos públicos federal, estadual e municipal relacionados a projetos de lei, projetos e programas sociais, requerimentos, ofícios, memorandos, resoluções e ações verbais, que limitem os direitos das mulheres e ideologias que instiguem e incitem manifestações de ódio, intolerância, xenofobia, lgbtfobia, sexismo, racismo e fascismo em todas as esferas de governo.

Referências Bibliográficas

Documento 8M - Mulheres de Uberlândia – 03/03/2022.

FARIA, Nalu, MORENO, Renata, VITÓRIA, Carla, COELHO SONIA - **Feminismo e Autonomia das Mulheres** – Caminhos para o Enfrentamento à Violência – SOF- Sempre Viva Organização Feminista - São Paulo 2018.

Visível e Invisível: **A Vitimização de Mulheres no Brasil** - 3ª edição – 2021- : disponível em <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf> > Acesso 03.mar.2022.

ONU MULHERES - Disponível em < https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf >. Acesso 03.mar.2022

GÊNERO E NÚMERO – 2020 - Disponível em <<https://www.generonumero.media/orcamento-dameres-2020-mulheres-lgbt/>>. Acesso 03.mar.2022

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/27/taxa-de-desemprego-entre-mulheres-atinge-recorde-de-179percent.ghtml> >. Acesso 03.mar.2022